

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	52
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	326.285	455.984	384.499
1.01	Ativo Circulante	82.670	175.295	65.103
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.602	18.549	340
1.01.03	Contas a Receber	21.073	64.685	22.699
1.01.04	Estoques	28.174	28.828	17.475
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.346	1.153	2.052
1.01.07	Despesas Antecipadas	180	199	136
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.295	61.881	22.401
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	30.295	61.881	22.401
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - conta reserva	11.900	19.953	14.218
1.01.08.01.02	Adiantamento a fornecedores	18.395	41.928	8.183
1.02	Ativo Não Circulante	243.615	280.689	319.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.572	36.534	40.274
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	36.272	36.272	40.012
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	36.272	36.272	40.012
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	300	262	262
1.02.03	Imobilizado	207.043	244.155	279.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	202.997	240.446	274.659
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.046	3.709	4.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	326.285	455.984	384.499
2.01	Passivo Circulante	841.514	843.879	694.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.011	1.251	964
2.01.02	Fornecedores	18.530	84.326	32.536
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.780	5.944	11.969
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.456	5.475	6.592
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	324	469	5.377
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	787.172	722.796	623.621
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	133.668	143.456	108.228
2.01.04.02	Debêntures	652.115	578.425	514.762
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.389	915	631
2.01.05	Outras Obrigações	30.021	29.562	25.822
2.01.05.02	Outros	30.021	29.562	25.822
2.01.05.02.04	Pesquisa e desenvolvimento	30.021	29.562	25.822
2.02	Passivo Não Circulante	85.358	95.180	96.601
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.167	3.582	4.541
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.167	3.582	4.541
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil a pagar	4.167	3.582	4.541
2.02.02	Outras Obrigações	81.191	91.598	92.060
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	47.877	45.192	41.853
2.02.02.02	Outros	33.314	46.406	50.207
2.02.02.02.03	Fornecedores	33.314	41.631	50.207
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias	0	4.775	0
2.03	Patrimônio Líquido	-600.587	-483.075	-407.014
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047	171.047
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-771.634	-654.122	-578.061

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	255.633	241.018	205.488
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-207.955	-185.071	-179.374
3.03	Resultado Bruto	47.678	55.947	26.114
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.340	25.784	3.628
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.590	-9.700	-4.561
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.250	35.484	8.189
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.338	81.731	29.742
3.06	Resultado Financeiro	-154.850	-157.792	-114.210
3.06.01	Receitas Financeiras	4.604	1.068	1.395
3.06.02	Despesas Financeiras	-159.454	-158.860	-115.605
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-117.512	-76.061	-84.468
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-117.512	-76.061	-84.468
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-117.512	-76.061	-84.468
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-4,49	-2,91	-3,23

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-117.512	-76.061	-84.468
4.03	Resultado Abrangente do Período	-117.512	-76.061	-84.468

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	16.504	-7.726	1.826
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	75.634	106.901	53.235
6.01.01.01	Prejuízo antes do IR e da CS	-117.512	-76.061	-84.468
6.01.01.02	Atualização de empréstimos	22.007	11.563	8.864
6.01.01.03	Atualização de debêntures	125.237	128.855	47.541
6.01.01.04	Atualização de arrendamento	520	711	784
6.01.01.07	Provisão para pesquisa & Desenvolvimento	1.481	3.325	1.301
6.01.01.08	Encargos Financeiros sobre P&D	3.285	2.332	2.015
6.01.01.10	Provisão para contingências	0	0	-11.698
6.01.01.11	Amortização do custo de transação das debêntures	1.309	1.125	978
6.01.01.12	Depreciação e amortização	37.598	34.270	34.279
6.01.01.13	Multa por atraso no pagamento de debêntures	0	0	52.885
6.01.01.14	Amortização arrendamento	1.709	754	754
6.01.01.15	Baixa ativo imobilizado	0	27	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-59.130	-114.627	-51.409
6.01.02.01	Contas a receber	43.612	-41.986	-6.601
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-193	899	12.581
6.01.02.03	Estoques	654	-11.353	215
6.01.02.04	Depositos vinculados - conta reserva	8.053	-5.735	-9.026
6.01.02.05	Despesas antecipadas	19	-63	-120
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	23.533	-33.745	-6.203
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-38	0	0
6.01.02.09	Obrigações tributárias	-5.939	-1.250	-15.430
6.01.02.10	Fornecedores	-74.113	43.214	5.716
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	-240	287	328
6.01.02.12	Pesquisa e desenvolvimento	-4.307	-1.918	-85
6.01.02.13	Outros passivos	0	0	-43
6.01.02.14	Pagamento de debêntures (juros)	-52.856	-66.316	-32.741

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.17	Partes relacionadas - serviços compartilhados	2.685	2.726	0
6.01.02.18	Partes relacionadas - estoque	0	613	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-149	3.656	1.994
6.02.01	Compra de imobilizado	-266	-260	-6
6.02.03	Recebimento de empréstimo com partes relacionadas	0	3.740	0
6.02.04	Transferência Imobilizado	117	176	0
6.02.05	Partes relacionadas	0	0	2.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.302	22.279	-3.577
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-1.507	-1.386	-1.279
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	-31.795	-5.969	-2.298
6.03.03	Captação de empréstimos	0	29.634	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.947	18.209	243
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.549	340	97
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.602	18.549	340

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-117.512	0	-117.512
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-117.512	0	-117.512
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-771.634	0	-600.587

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-76.061	0	-76.061
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-76.061	0	-76.061
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.468	0	-84.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.468	0	-84.468
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	284.015	305.336	229.221
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	284.011	269.852	228.596
7.01.02	Outras Receitas	4	35.484	625
7.01.02.01	Outras Receitas	4	35.484	634
7.01.02.02	Provisão para contingência cíveis	0	0	-9
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-159.307	-137.936	-121.363
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-140.236	-122.778	-114.379
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.071	-15.158	-6.984
7.03	Valor Adicionado Bruto	124.708	167.400	107.858
7.04	Retenções	-39.307	-35.025	-33.905
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.307	-35.025	-33.905
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	85.401	132.375	73.953
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.604	1.068	1.402
7.06.02	Receitas Financeiras	4.604	1.068	1.402
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	90.005	133.443	75.355
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	90.005	133.443	75.355
7.08.01	Pessoal	10.374	9.329	6.820
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.662	6.773	3.642
7.08.01.02	Benefícios	2.186	2.158	1.913
7.08.01.03	F.G.T.S.	526	398	1.265
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.380	22.009	22.257
7.08.02.01	Federais	14.380	22.009	22.257
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	182.763	178.166	130.746
7.08.03.01	Juros	159.454	158.860	115.663
7.08.03.02	Aluguéis	23.309	19.306	15.083
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-117.512	-76.061	-84.468
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-117.512	-76.061	-84.468

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório da Administração 2022

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia” ou “Pernambuco III”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Demonstrações Financeiras, apresentadas em reais mil.

Destaques Resultado

	2022	2021	Δ %
Receita Operacional Líquida	255,6	241,0	6%
Lucro Bruto	47,7	55,9	-15%
<i>Margem bruta</i>	19%	23%	-5 p.p.
EBITDA	76,6	116,8	-34%
Prejuízo do exercício	(117,5)	(76,1)	54%
Energia Gerada (MWh)	26	76.878	-100%

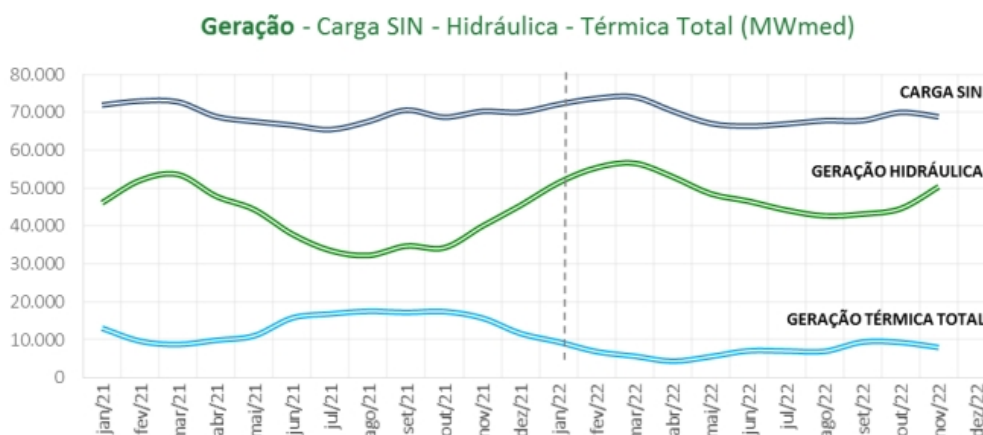
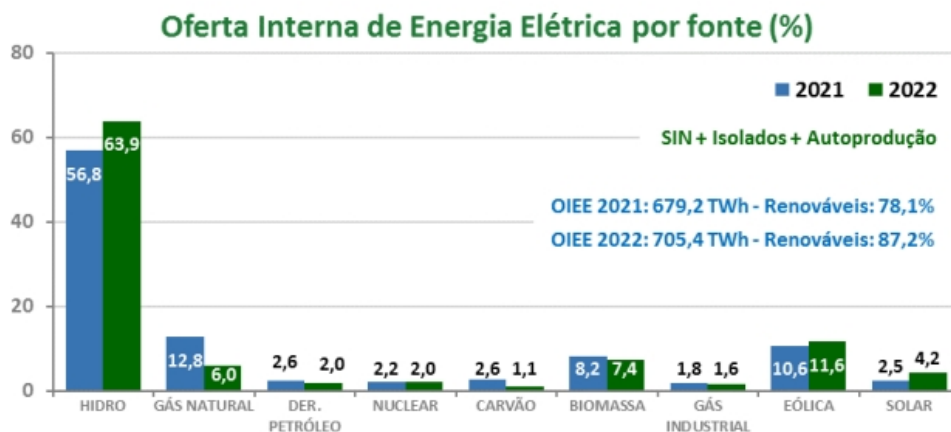
Desempenho Operacional

O cenário hidrológico favorável de 2022 contribuiu positivamente para o setor elétrico como um todo. O aumento dos índices pluviométricos somados às estratégias de gestão de escassez hídricas dos últimos anos, possibilitaram maiores níveis de armazenamento dos reservatórios e melhor gestão dos recursos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



De acordo com o Boletim Mensal de Energia de novembro de 2022 publicado pelo Ministério de Minas e Energia¹, com o crescimento da geração hidráulica há uma perspectiva de melhora no uso das matrizes energéticas, bem como uma diminuição na geração de energia termelétrica, fazendo com que a oferta interna de energia elétrica (OIEE) de 2022 das termelétricas observe uma queda de cerca de 20%.



Ainda de acordo com o Boletim Mensal de Energia, estima-se que 47,4% da matriz energética de 2022 foi composta por fontes renováveis, ante 44,7% em 2021. Na geração elétrica, a previsão é de consolidação e aumento da geração solar (mais de 78%) e de sólido crescimento da eólica (mais de 13%) e da hidráulica (mais de 16%)

O ano de 2022 será lembrado como o ano da ampliação da matriz elétrica no Brasil, com destaque para o aumento da oferta de energia gerada por fontes renováveis. O Brasil encerrou o ano com uma expansão de 8.235 megawatts (MW), a segunda maior registrada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) desde sua fundação, atrás apenas dos 9.528 MW alcançados em 2016.

¹ <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/publicacoes/boletins-mensais-de-energia/2022-2/portugues/boletim-mensal-de-energia-novembro-22>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em relação ao consumo nacional de energia do ano de 2022, de acordo como a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) o consumo de energia elétrica no Brasil aumentou 1,5% em 2022 na comparação com 2021 e alcançou 67.275 megawatts médios, sinal da retomada de setores da economia que, desde 2020 atravessam os desafios impostos pela pandemia de COVID-19.

Dentro de todo o contexto apresentado acima, a Pernambuco III foi diretamente impactada com todas as medidas dos órgãos reguladores nacionais, sendo que em 2022 a demanda por despacho foi absolutamente menor do que o ocorrido em 2021. A Pernambuco III fez frente a geração de energia ao Sistema Integrado Nacional (“SIN”) no total de 26 MWh (76.878 MWh em 2021).

Em relação a manutenção e conservação do seu maquinário (“*overhaul*”) e visando a constante manutenção e preservação de seus ativos, a gestão da Companhia investiu R\$ 2 milhões em *overhaul* no ano de 2022. Em relação à disponibilidade de motores, a Pernambuco III encerrou o exercício de 2022 com todos os motores aptos a operar.

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração.

Em 2022 a Pernambuco III encerrou o ano com 657 dias sem acidentes com afastamento. A Segurança de todos é um valor inegociável para a Companhia, e ao longo dos últimos anos a Administração reforça o seu compromisso com o esforço e engajamento para que os processos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente sejam revisados e melhorados continuamente.

Compliance

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção a fraude, governança corporativa e devida adequação aos processos internos, conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

Jurídico / Regulatório

A Companhia possui liminar judicial vigente que suspende aplicação de penalidades pela ANEEL e CCEE. No entanto, tendo em vista o caráter precário da liminar, tais entidades seguem contabilizando as penalidades, as quais, se aplicadas, não há viabilidade de pagamento diante do fluxo de caixa. No exercício de 2022 a Companhia atuou de forma tempestiva para manter tais liminares em vigor, porém, diante da precariedade das liminares, a classificação de risco de perda é possível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 2022 a Pernambuco III realizou operação de compra de lastro, objetivando a recomposição de energia devido à indisponibilidade dos motores para fazer frente à insuficiência de lastro acumulada nos últimos 12 meses, gerando assim um impacto total no custo consolidado da Companhia de R\$ 2 milhões, líquido de impostos.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2022	2021	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	284,0	269,9	14,2	5%
Descontos s/ vendas	(2,1)	(3,9)	1,8	-47%
Impostos	(26,3)	(24,9)	(1,4)	6%
Receita operacional líquida	255,6	241,0	14,6	6%
(-) Custo operacionais	(208,0)	(185,1)	(22,9)	12%
Lucro Bruto	47,7	55,9	(8,3)	-15%
<i>Margem bruta</i>	<i>19%</i>	<i>23%</i>		<i>-05 p.p.</i>
Despesas gerais e administrativas	(11,6)	(9,7)	(1,9)	19%
Outras (despesas) receitas	1,3	35,5	(34,2)	-96%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	37,3	81,7	(44,4)	-54%
Despesas financeiras	(159,5)	(158,9)	(0,6)	0%
Receitas financeiras	4,6	1,1	3,5	331%
Resultado financeiro líquido	(154,9)	(157,8)	2,9	-2%
Prejuízo antes do IR e CS	(117,5)	(76,1)	(41,5)	54%
Prejuízo do exercício	(117,5)	(76,1)	(41,5)	54%

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o ano de 2022 com uma receita operacional bruta de R\$ 284 milhões, frente a R\$ 270 milhões em 2021, uma variação de R\$ 14,2 milhões ou +5%, decorrente dos seguintes fatores: (i) reajuste anual no preço de energia pelo IPCA; (ii) redução na receita variável decorrente da não ocorrência de despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (NOS) e (iii) variação no preço e na quantidade de energia para aquisição de lastro em 2022.

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o ano de 2022 em R\$ 255,6 milhões frente a R\$ 241 milhões em 2021, uma variação de R\$ 14,6 milhões ou +6%. Este resultado foi impactado pela operação de lastro realizada em 2022, a qual compensou a redução de R\$ 73,6 milhões de receita variável no exercício de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Custos Operacionais

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com os custos operacionais no patamar de R\$ (208) milhões, uma variação de R\$ (23) milhões ou +12% frente ao montante de R\$ (185,1) milhões registrado em 2021. O incremento dos custos operacionais foi reflexo da operação de lastro que resultou em um acréscimo de R\$ (67,3) milhões, fruto da variação do preço e da quantidade de MWh adquirida para fazer frente a indisponibilidade de energia. A rubrica de combustíveis apresentou uma redução de R\$ 57,6 milhões em razão da redução da necessidade do insumo frente a não ocorrência de despacho ordenado em 2022.

Resultado Bruto e Margem Bruta

Em 2022 a Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 47,7 milhões e margem bruta de 19%, uma variação de R\$ 8,3 milhões e -5 pontos percentuais quando comparado ao lucro bruto de R\$ 55,9 milhões e 23% de margem bruta de 2021, respectivamente.

O resultado operacional da Companhia foi impactado por dois fatores principais: a operação de lastro realizada no exercício que representou um acréscimo nos custos da Companhia e a ausência de receita variável apurada no ano, fruto da não ocorrência de despachos de energia.

Despesas Gerais e Administrativas

A rubrica de despesa gerais e administrativas da Companhia registrou uma variação de R\$ 2 milhões entre exercícios (R\$ 11,6 milhões em 2022 ante R\$ 9,7 milhões em 2021), fruto da ocorrência do pagamento de indenização de processo cível da Companhia no valor de R\$ 2,2 milhões.

Outras Receitas e Despesas

A rubrica de outras receitas e despesas encerrou 2022 com um total apurado de R\$ 1,3 milhões frente a R\$ 35,5 milhões em 2021. Essa redução entre exercícios ocorreu em razão do ressarcimento da glosa de receita ocorrida em maio de 2021 no valor de R\$ 35,4 milhões, líquido de impostos e a reversão de provisão para contingência por mudança de prognóstico do processo cível no valor de 1,2 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EBITDA

Em 2022 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 76,6 milhões frente a R\$ 116,8 milhões em 2021, uma variação nominal de R\$ (40,1) milhões entre exercícios. Este resultado se deu, substancialmente, pelo acréscimo de outras receitas de R\$ 35,4 milhões referente ao ressarcimento da CCEE ocorrido em 2021 e que não se repetiu em 2022.

EBITDA	2022	2021	Δ R\$	Δ %
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(117,5)	(76,1)	(41,5)	54%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	154,9	157,8	(2,9)	-2%
(+) depreciação, amortização e exaustão	39,3	35,0	4,3	12%
EBITDA	76,6	116,8	(40,1)	-34%
Margem EBITDA	30%	48%		-18 p.p.
Efeitos não Recorrentes				
(-) Contingências	(1,2)	-	(1,2)	0%
(-) Ressarcimento CCEE	(0)	(35)	35,4	-100%
EBITDA Gerencial	75,4	81,3	(5,9)	-7%
Margem EBITDA Gerencial	30%	34%		-04 p.p.

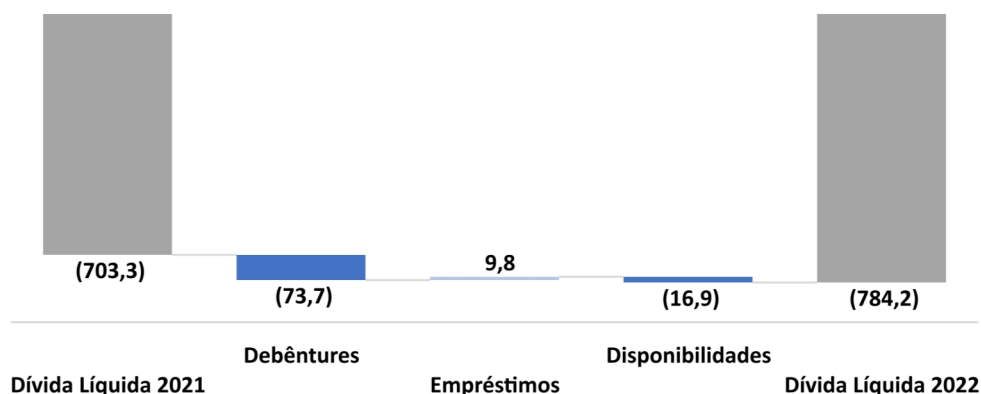
Endividamento

A Companhia encerrou o ano de 2022 com um endividamento bruto consolidado, no valor de R\$ 785,8 milhões, montante 9% maior ao saldo registrado em dezembro de 2021 de R\$ 722 milhões.

Em relação à dívida líquida, o saldo de empréstimos e debêntures em 2022 apresentou uma variação nominal de R\$ 63,9 milhões em relação a 2021. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou 2022 com R\$ 1,6 milhões versus R\$ 18,5 milhões em 2021, uma variação nominal de R\$ 17 milhões. O saldo final apurado da dívida líquida do exercício de 2022 da Companhia atingiu R\$ 784,2 milhões.

A alavancagem da Companhia atingiu 9x, calculado através da razão entre a dívida líquida consolidada pelo EBITDA consolidado dos últimos 12 meses.

Gráfico 5 – Detalhamento cálculo dívida líquida consolidada (Em R\$ Mil)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 652,1 milhões (R\$ 578,4 milhões em 31 de dezembro de 2021), sendo 100% contabilizado no passivo circulante.

Em 2022 a Administração, em conjunto com seus debenturistas, realizou novas assembleias para tratar dos termos do acordo firmado em 09 de agosto de 2018. Diante disso, nas Assembleias Gerais de Debenturistas (“AGDs”) realizadas nos dias 08 de fevereiro, 13 de abril, 15 de junho, 16 de agosto e 18 de outubro de 2022 entre a Pernambuco III e seus Debenturistas, foram firmadas as novas prorrogações do acordo temporário, mantendo-o vigente até 24 de abril de 2023, nos mesmos termos já firmados anteriormente.

Nos dias 08 de janeiro, 08 de fevereiro, 08 de março, 08 de abril, 09 de maio, 08 de junho, 08 de julho, 08 de agosto, 08 de setembro, 10 de outubro, 08 de novembro e 08 de dezembro de 2022 a Pernambuco III efetuou os pagamentos referentes aos Juros e Encargos Remuneratórios da emissão, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data.

A Administração da Termelétrica Pernambuco III segue envidando os melhores esforços para encontrar uma solução viável de renegociação junto aos credores e debenturistas, e segue empenhada no exercício de 2023 para concluir e viabilizar o pagamento das dívidas em aberto.

Eventos Subsequentes Relevantes

Renovação Seguro

Em 19 de janeiro de 2023, foi realizada a renovação da apólice de seguro de risco operacional da Companhia, cuja vigência se dá até 17 de janeiro de 2024.

Assembleias Gerais de Debenturistas

Em 17 de janeiro de 2023 às 9h30 e 10h30, houve a realização de assembleias para tratar dos termos do acordo temporário vigente. Os assuntos deliberados nas referidas assembleias estão detalhados na Nota Explicativa 27 de Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O detalhamento da deliberação, foi divulgado na forma de Ata e está disponível, na íntegra, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br). Em 14 de abril de 2023 serão reabertas as assembleias para que os Debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente das debêntures de Pernambuco III.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Renovação do Acordo Temporário

Em 17 de janeiro de 2023, foi realizada renovação do acordo temporário entre Pernambuco III e Debenturistas até dia 24 de abril de 2023 nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 08 de janeiro, 08 de fevereiro e 08 de março de 2023, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data. O detalhamento dos valores pagos, foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, na íntegra, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Termelétrica Pernambuco III S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e com as opiniões expressas no parecer de auditoria da Grant Thornton.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explanar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III S.A. e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM 480, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica.

A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada na área rural de Engenho D'Água, Três Ladeiras, Município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8.730 MW (*) cada, totalizando 200,79 MW(*) de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044. Em 19 de dezembro de 2019, através do Despacho nº 3.631, a ANEEL suspendeu a operação comercial de duas unidades geradoras, de 8.730 MW(*) cada.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A., Companhia também é controlada pela Bolognesi Energia S.A.

No exercício de 2022, a Companhia fez frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional ("SIN") no total de 26 MWh (*), (76.878 MWh (*) em 2021).

(*) Informação não financeira, não auditada.

a) Continuidade operacional e decretação de vencimento antecipado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$758.844 (R\$668.584, em 31 de dezembro de 2021), prejuízos acumulados de R\$771.634 (R\$654.122, em 31 de dezembro de 2021) patrimônio líquido (passivo a descoberto) de R\$600.587 (R\$483.075 em 31 de dezembro de 2021), em virtude, dentre outros motivos, do vencimento antecipado das debêntures, outras obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

A Companhia não gera caixa operacional suficiente para honrar com seus compromissos financeiros. Portanto, é necessário que haja a renegociação do cronograma de pagamento de dívida junto a seus credores. Como a totalidade da receita fixa da Companhia foi cedida fiduciariamente ao agente fiduciário das debêntures, a continuidade operacional da Companhia irá depender do sucesso da Administração em renegociar seus passivos com credores financeiros.

Notas Explicativas

A Administração acredita que o risco de descontinuidade passou a ser relevante com a decretação de vencimento antecipado das debêntures, ocorrida em 1º de setembro de 2017, mas acredita que a Companhia deverá manter sua operação por meio da renegociação amigável junto aos credores, conforme ocorreu ao longo de todo o ano de 2022, ou por meio de proteção judicial que permita o acesso da Companhia à geração de caixa de modo a manter o ativo operacional, enquanto a Companhia renegocia seus passivos juntos aos credores. Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o Agente Fiduciário libere mensalmente os recursos necessários para que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviço, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até a deliberação dos debenturistas, ou decisão contrária em sede recursal.

Para a sustação do vencimento das debêntures, o quórum de deliberação é de 90% das debêntures em circulação. A Companhia entende que para a liberação de recurso, o quórum é de 75% das debêntures em circulação e maioria simples em segunda convocação. Este entendimento não está pacificado junto ao agente fiduciário.

b) Processo de investigação independente

Com relação à investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal denominada “Operação Greenfield”, que investigou desvios cometidos por fundos de pensão que são acionistas da Multiner S.A. (empresa do mesmo Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte) foram encerradas e não houve desdobramentos que afetassem a Companhia e Multiner S.A.

c) Processo de arbitragem – Reorganização Financeira Multiner S.A.

Em 01 de fevereiro de 2022, foi proferida sentença arbitral, complementada pela Decisão sobre Pedidos de Esclarecimentos em 05 de abril de 2022, por meio da qual o tribunal arbitral rejeitou os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento (“Contrato de Reorganização”) apresentados pelas partes (Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.), determinando a manutenção do Contrato de Reorganização e o cumprimento de determinadas obrigações nele previstas. As partes entraram em tratativas para acordar a forma de continuidade do Contrato de Reorganização, sendo que até a presente nenhum acordo foi concretizado. Por fim, a Administração entende que no âmbito das disposições estabelecidas no Contrato de Reorganização (vigente nesta data), a Companhia informa não é afetada financeiramente e, consequentemente, nenhuma obrigação deve ser registrada contabilmente e suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022, bem como quaisquer outras informações decorrentes do Contrato de Reorganização devem ser apresentadas nessas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei no 12.846/13, vem estruturando tanto ações preventivas, quanto de monitoramento e controle, visando o aprimoramento de boas práticas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para prevenção de fraude. Nesse sentido, no final de 2016, criou a área de Compliance, que além da supervisão da conformidade e desempenho dos processos é responsável pela monitoração dos controles internos e aplicação da auditoria interna. Desde então, a área propôs e adotou novas políticas, estabeleceu rotinas de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, tais como: a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos, entre outros. Destaca-se, no plano geral, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

Notas Explicativas

A Companhia também conta, desde abril de 2020, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site:

www.resguarda.com/canaleticahidrotermica.ou, ainda o e-mail:

etica.hidrotermica@resguarda.com, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800-891 4636, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 8hs às 22hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

2. Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2023.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

c) Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica, na condição de produtor independente, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises.

d) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Notas Explicativas

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 26.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

e) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos e armazenamento.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

A depreciação é calculada com base na vida útil estimada dos bens. Considerando que a Companhia espera utilizar os ativos enquanto houver contrato de venda de energia de longo prazo - PPA, a vida útil estimada está limitada a 2027, quando se encerra esse contrato.

Notas Explicativas

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

h) Provisão para pesquisa e desenvolvimento

Os encargos destinados a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") estão estabelecidos na Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, e regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. O P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), afim de custear os estudos e pesquisas de planejamento e expansão do sistema energético, bem como, os estudos de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais elétricos.

i) Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

j) Partes relacionadas

Referem-se a operações com partes relacionadas decorrentes principalmente de suporte financeiro recebido pela Companhia em decorrência de sua baixa liquidez ou estoque em poder de terceiros (Nota Explicativa nº 10).

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2022, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

A Companhia não constituiu no exercício de 2022 o montante de R\$ 118.873 referente a prejuízo fiscal e base negativa de cálculo da contribuição social de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Notas Explicativas

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados por meio de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia por um determinado período, geralmente por vários anos. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos de energia reserva (receita fixa) e sob demanda da ONS (receita variável). A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

m) Impostos sobre receita

As receitas de vendas estão sujeitas a 1,65% de PIS - Programa de Integração Social e a 7,6% de Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

n) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1ª de janeiro de 2023, conforme segue:

- Investimentos em Coligadas, em Controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (Alterações ao CPC 18/IAS28).
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de ERRO (alteração CPC 23/IAS08).
- Combinação de Negócios (Alterações CPC 15/IAS03).
- Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadorias (CPC 49/IAS26).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir das suas vigências.

3. Julgamentos, estimativas e premissa contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 11)

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de “*impairment*” dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado.

Notas Explicativas

b) Reconhecimento de provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 18)

A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Bancos - conta corrente (i)	1.397	12.633
Aplicações financeiras (i) e (ii)	205	5.916
Total	1.602	18.549

- (i) O saldo apresentado em Caixa e equivalente de caixa encerrou o exercício de 2022 com R\$ 1.602 (R\$ 18.549 em 31 de dezembro de 2021). A redução de (R\$ 16.947) é consequência da quitação de financiamento de curto prazo ("CCB") com o Banco Daycoval em abril de 2022 e quitação de fornecedores; e
- (ii) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 99,55% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99,25% do CDI, em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$21.073 (R\$64.685, em 31 de dezembro de 2021), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (parcela de receita variável). Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos.

A variação do saldo de contas a receber se deve pela receita variável gerada no exercício de 2021 e que não se repetiu em 2022.

O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

6. Tributos a recuperar

	31.12.2022	31.12.2021
IRPJ	355	355
IRRF	270	93
CSLL	157	157
PIS/COFINS (i)	535	519
Outros	29	29
Total	1.346	1.153

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e Cofins sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IR, CS.

Notas Explicativas

7. Estoques

	31.12.2022	31.12.2021
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>) (i)	18.254	18.321
Peças para manutenção	9.715	10.301
Estoque de peças em poder de terceiros	205	206
Total	28.174	28.828

- (i) Refere-se a óleo combustível HFO ("*Heavy Fuel Oil*") que é utilizado nos motores da operação de geração de energia.

8. Depósitos vinculados - contas reserva

A Companhia comprometeu-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos direitos creditórios referentes às receitas dos Contratos de Compra e Venda de Energia foram concedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário "Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário"s, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média das contas reservas é de 99,55% do CDI (99,25% do CDI, em 31 de dezembro de 2021).

A composição do saldo é a seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Conta centralizadora (a)	9.028	17.510
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	14	12
Conta reserva garantia (ONS) (c)	2.858	2.431
Total	11.900	19.953

- (a) Refere-se à conta centralizadora de recebimento de receitas;
- (b) Reserva constituída para direcionamento das receitas variáveis e repasse aos debenturistas, conforme acordo; e
- (c) Refere-se aplicação financeira cedida em favor do Banco ABC em decorrência de emissão de fiança bancária para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 17 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 09 de agosto de 2018, em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD") a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora na seguinte proporção:

- (i) 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- (ii) 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e

No exercício de 2022, o referido acordo permaneceu válido conforme renegociação amigável junto aos credores, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD").

Notas Explicativas**9. Adiantamento de fornecedores**

	31.12.2022	31.12.2021
Pesquisa & desenvolvimento (i)	37	3.065
Adiantamento a funcionários	22	44
Adiantamento a fornecedores (ii)	18.336	39.419
PCLD a adiantamento a fornecedores	-	(600)
Total	18.395	41.928

- (i) A Lei nº 9.991/2000 instituiu a obrigatoriedade, para empresas geradoras de energia, de investimento do valor correspondente a 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, de acordo com regulamentos da ANEEL. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 37 (R\$ 3.065, em 31 de dezembro de 2021) representa os montantes investidos pela Companhia em projetos de P&D.
- (ii) A redução na rubrica refere-se a compensações de adiantamentos a fornecedores sobre compra de combustível para fazer frente ao despacho de energia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$ 18.336 é formado principalmente por: R\$ 5.000 referente à garantia do frete na aquisição de óleo combustível importado e R\$ 10.000 referente à garantia na aquisição de combustível importado, ambos com o fornecedor BP North.

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

	31.12.2022			31.12.2021		
	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo
Estoques em poder de terceiros	205	-	-	206	-	-
Borborema Energética S.A. (ii)	205	-	-	206	-	-
Partes relacionadas	36.272	5.411	42.466	36.272	2.726	42.466
Bolognesi Engenharia (v)	1	-	-	1	-	-
Flame Nova Aratu Holdings S.A.	-	23	-	-	23	-
Companhia Energética Rio da Prata - CERP (v)	230	-	-	230	-	-
Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. - BEN (v)	94	-	-	94	-	-
Hidrotérmica S.A. (v)	245	863	-	245	513	-
Hidrotermica Comercializadora S.A.	-	140	-	-	105	-
Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA (iv)	19.475	-	-	19.475	-	-
Bolognesi Energia S.A. (v)	-	-	6.060	-	-	6.060
Brasilterm Energia S.A. (v)	-	-	54	-	-	54
Da Ilha Energética S.A. (v)	-	822	9	-	61	9
Boa Fé Energética S.A.	-	956	-	-	486	-
São Paulo Energética S.A. (v)	-	96	6	-	60	6
Criuva Energética S.A.	-	193	-	-	91	-
Serrana Energética S.A.	-	192	-	-	97	-
Serra Verde Energética S.A. (v)	-	-	26	-	-	26
Vêneto Energética S.A. (v)	-	519	6	-	271	6
Autódromo Energia S.A. (v)	-	861	216	-	714	216
Multiner S.A. (iii)	-	-	33.126	-	-	33.126
Borborema Energética S.A. (ii)	16.227	261	2.963	16.227	101	2.963
Maracanaú Geradora de Energia S.A.	-	485	-	-	204	-
Fornecedores	-	-	2.099	-	-	2.099
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (i)	-	-	2.099	-	-	2.099
Total	36.477	5.411	44.565	36.478	2.726	44.565

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-	5.411	-	2.726
Empréstimos	36.272	42.466	36.272	42.466
Saldo final	36.272	47.877	36.272	45.192

- (i) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.

A partir de outubro de 2016, com a obtenção de liminar que veda à Aneel a aplicação de qualquer sanção à Companhia, em decorrência de indisponibilidade ou entrega a menor de energia, desde o atingimento de 12.577 horas de operação, não foi mais necessário recorrer à compra de energia para recomposição de lastro.

- (ii) A Companhia possui saldo de estoque (R\$16.227) que se refere a óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A. bem como empréstimos de peças (R\$205). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material.
- (iii) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido a Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) (vide Nota Explicativa nº 1).
- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. ("Cepasa") refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17. Em fevereiro de 2021, a sua coligada saldou parcialmente o saldo em aberto no montante de R\$ 3.700.
- (v) Com as demais partes relacionadas, a Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros.

Notas Explicativas

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia, e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, não há despesas diretamente alocadas na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Movimentação de partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2021	36.272	45.192
Serviços compartilhados	-	2.685
Saldo em 31.12.2022	36.272	47.877

11. Imobilizado

a) Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação	31.12.2022			31.12.2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço		449.574	(253.710)	195.864	233.313
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,13%	35.656	(21.169)	14.487	17.385
Máquinas e equipamentos	8,38%	413.794	(232.471)	181.323	215.870
Móveis e utensílios	8,06%	124	(70)	54	58
Usinas - imobilizado em curso		7.133	-	7.133	7.133
Material em depósito		7.133	-	7.133	7.133
Total do Imobilizado		456.707	(253.710)	202.997	240.446

b) Mutações do Imobilizado

	31.12.2021	Adições	Transferências / Reclassificações	Depreciação	31.12.2022
Usinas - Imobilizado em serviço	233.313	149	-	(37.598)	195.864
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.385	-	-	(2.898)	14.487
Máquinas e equipamentos	215.870	143	-	(34.690)	181.323
Móveis e utensílios	58	6	-	(10)	54
Usinas - imobilizado em curso	7.133	117	(117)	-	7.133
Material em depósito	7.133	-	-	-	7.133
Imobilizado a classificar	-	117	(117)	-	-
Total do Imobilizado	240.446	266	(117)	(37.598)	202.997

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do Power Purchase Agreement (PPA).

Do ativo imobilizado, dois transformadores de força de 10 até 350 KVA com valor contábil de R\$6.067 são dados em garantia de operação com o Banrisul (Nota Explicativa nº 15).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01 (R1) / (IAS 36), para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*).

Notas Explicativas

As premissas gerais adotadas foram:

- Data-base da avaliação: 31 de dezembro de 2022;
- Metodologia: método da renda - fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- Período de projeção: de 1º janeiro de 2023 até o final do período do *Power Purchase Agreement* - PPA (31/12/2027);
- Moeda de projeção: os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 10,36% para a Companhia; e
- Ajustes: ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data base destas demonstrações financeiras em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

12. Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2) / (IFRS 16), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde está localizada a usina.

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2022 são:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	3.709	4.463
Atualização	2.046	-
Amortização	(1.709)	(754)
Saldo final	4.046	3.709

	Passivo	
	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	4.497	5.172
Variação Monetária	2.566	711
Pagamento	(1.507)	(1.386)
Saldo final	5.556	4.497
Circulante	1.389	915
Não Circulante	4.167	3.582

Notas Explicativas

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 16,04% a.a., projetada com base no IGPM, pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31 de outubro de 2026.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2022, são conforme segue:

31 de dezembro de 2022	Fluxo Contratado	Até 12 meses	Até 24 meses	Até 36 meses	Acima 36 meses
Passivo de arrendamento	5.556	1.389	1.428	1.428	1.311

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA projetado de 13,19% a.a. para 31 de dezembro de 2022 divulgado no Focus (relatório de mercado do Banco Central do Brasil), e representam os seguintes montantes:

		Direito de uso	
		31.12.2022	31.12.2021
Fluxo real			
Direito de uso		3.709	4.463
Depreciação		(1.709)	(754)
Atualização		2.046	-
Fluxo inflacionado			
Direito de uso		3.208	4.027
Depreciação		(819)	(819)
		Passivo de arrendamento	
		31.12.2022	31.12.2021
Fluxo real			
Passivo de arrendamento		5.556	4.497
Despesa financeira		(2.566)	(711)
Fluxo inflacionado			
Passivo de arrendamento		4.250	4.993
Despesa financeira		(680)	(727)

13. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa nº 10)	2.099	2.099
Encargo de uso do sistema de transmissão - EUST	1.462	1.422
Materiais e serviços (i)	48.283	122.436
Total	51.844	125.957
Circulante	18.530	84.326
Não Circulante	33.314	41.631

Notas Explicativas

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores a seguir:

- Em 14 de setembro de 2017 havia o montante em aberto de R\$14.600 com os fornecedores Wartsila Finland OY, Wartsila Services Switzerland Ltda. e Wartsila Brasil Ltda., decorrente do fornecimento de materiais e serviços para a operacionalização da usina. A Companhia firmou acordo para pagamento em 108 prestações mensais e consecutivas do saldo em aberto, que será corrigido pela variação positiva do IPCA. O pagamento das parcelas iniciou em janeiro de 2019 e com previsão de término em dezembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$10.483 (R\$11.766 em 31 de dezembro de 2021).
- Em 01 de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15/01/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$30.082 (R\$36.720 em 31 de dezembro de 2021).
- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo em aberto de R\$7.076 (R\$6.635 em 31 de dezembro de 2021).
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia firmou acordo com o fornecedor *BP North America Petroleum* para fornecimento de óleo combustível para fazer frente a entrega do despacho de energia. Em 31 de março de 2022, o saldo foi quitado (31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto era de R\$ 65.591), o que justifica a variação no saldo, quando comparado a 2021.

14. Obrigações tributárias

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.220	1.278
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	324	469
PIS e COFINS s/faturamento	2.054	1.386
Parcelamento Ordinário (PIS e Cofins) (i)	-	6.257
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	130	194
Outros tributos	1.052	1.135
Total	4.780	10.719
Circulante	4.780	5.944
Não circulante PIS e COFINS	-	4.775

(i) Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de setembro a dezembro de 2020 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para fevereiro de 2026, em agosto de 2022 a Companhia efetuou a quitação.

Em 28 de maio de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de janeiro a março de 2021 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para maio de 2026, em setembro de 2022 a Companhia efetuou a quitação.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de abril de 2021 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para junho de 2026, em junho de 2022 a Companhia efetuou a quitação.

Notas Explicativas

15. Debêntures

O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	Encargos	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures	9,11% a.a. + IPCA	657.546	585.165
Custo de transação		(5.431)	(6.740)
Total de debêntures circulante		652.115	578.425

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: **(i)** cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; **(ii)** alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e **(iii)** alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Vencimento antecipado

Em assembleia realizada no dia 31 de agosto de 2017, os debenturistas, representando 56,94% das debêntures em circulação, por unanimidade dos presentes, deliberaram pela não renovação de "waiver" referente à amortização das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional em quatro séries da Termelétrica Pernambuco III sobre o vencimento antecipado automático das debêntures nessa data. Com a notificação de vencimento antecipado, o agente fiduciário passou a bloquear os recebíveis e excutirá a garantia da totalidade da receita fixa no pagamento das debêntures. Com o vencimento antecipado, houve o bloqueio de todos ativos financeiros da Companhia.

No dia 04 de setembro de 2017, foi efetuado o pagamento proporcional no valor total de R\$ 41.092 das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Devido à falta de recursos disponíveis pela Companhia, o pagamento do saldo remanescente de R\$ 314.530 não pode ser efetuado. Devido ao não pagamento do saldo remanescente, está sendo aplicado o disposto na cláusula 6.20 da escritura de emissão referente aos encargos moratórios (multa de 2% e juros de 1% ao mês), bem como retroação das parcelas vencidas à data de vencimento original.

Em 14 de setembro de 2017, via liminar assinada, houve o deferimento parcial do pedido de tutela de urgência para determinar o desbloqueio dos valores recebidos em 15 de setembro e 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

Em 03, 04 e 10 de outubro e 24 de novembro de 2017, 08, 11 e 24 de janeiro, 1o de fevereiro, 02 e 22 de março, 03 de maio, 07 de junho, 04 e 19 de julho, 09 de agosto e 04 de setembro de 2018 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1o de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; **(iv)** alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 09 de agosto de 2018, os debenturistas representando 53,72% (cinquenta e três inteiros e setenta e dois centésimos por cento) das debêntures em circulação, por unanimidade, deliberaram pela aprovação do acordo negociado entre a Companhia e os assessores jurídicos e financeiros dos Debenturistas, visando resguardar os interesses dos Debenturistas e a suspensão temporária no Processo São Paulo, nos termos da minuta de petição conjunta anexa à ata, que foi protocolada nos autos do Processo São Paulo, a qual foi inteiramente aprovada pelos Debenturistas nesta assembleia. Nos termos do acordo, os valores apurados e depositados mensalmente na Conta Centralizadora (Nota Explicativa nº 8), serão divididos da seguinte forma:

- 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a Companhia;
- 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e

Em relação ao item **(ii)** da ordem do dia da mesma assembleia: os debenturistas aprovaram as medidas necessárias e métodos a serem utilizadas para subsidiar eventuais despesas da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos gastos com medidas judiciais e extrajudiciais: deliberaram por autorizar o Agente Fiduciário a realizar consulta aos órgãos reguladores e auto reguladores incluindo, mas não se limitando, à CVM e à Anbima sobre pedido de esclarecimento a respeito da impossibilidade de processamento de pagamento no sistema da B3. Em relação ao item **(iii)** da ordem do dia: deliberaram pela suspensão, devendo a Assembleia ser reaberta em 04 de setembro de 2018, às 10:30h horas, no mesmo local.

Em relação ao item **(iv)** da ordem do dia: autorizam a prática, pelo Agente Fiduciário, de eventuais medidas necessárias relacionadas às deliberações dos itens **(i)** e **(ii)** acima.

A Companhia reconhece a validade e eficácia das Debêntures e de suas garantias fiduciárias, especialmente, mas não se limitando, em relação a registro e quaisquer outras formalidades necessárias à higidez dos títulos.

Fica consignado pelos Debenturistas que, eventuais debenturistas, titulares de debêntures em circulação, que não estiveram presentes até a suspensão dos trabalhos desta Assembleia serão admitidos na retomada dos trabalhos e terão assegurados seus direitos de participação e deliberação das matérias da Ordem do Dia até o encerramento da Assembleia. Os Debenturistas, neste ato, eximem o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação à presente consignação. Qualquer orientação em sentido contrário ora acima disposto somente será válida, vinculante e exigível do Agente Fiduciário se deliberada, em sede de Assembleia, com o mesmo quórum exigido para tanto.

Notas Explicativas

Os Debenturistas declararam que na presente data são detentores das Debêntures e que se enquadram no conceito de “Debêntures em Circulação” contido na cláusula 9.6 da Escritura de Emissão.

Por fim, os Debenturistas reafirmam que a presente manifestação não representa renúncia ou novação às garantias constituídas em seu favor e, não afeta, em qualquer medida ou extensão, o direito de crédito consubstanciado nas debêntures emitidas pela Emissora, de qualquer forma.

Em 11 e 23 de janeiro de 2019 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: (i) sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; (ii) liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; (iii) autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; (iv) alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Assembleia Geral de Debenturistas

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 05 de fevereiro, 02 e 08 de março, 1º abril, 08 de junho, 06 de julho, 11 e 17 de agosto, 05 de outubro e 7 de dezembro de 2021 todas às 09 horas e 30 minutos para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** Suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação

(i) a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamento dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; deliberação

(ii) a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10 horas **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** Suspender o item e tratar na próxima AGD.

Foram realizadas Assembleia Geral de Debenturistas nos dias 14 de janeiro 05 e 22 de fevereiro, 25 de março, 1º, 20 e 29 de abril, 07, 21 e 27 de maio, 08, 17 e 25 de junho, 06, 22 e 29 de julho, 17, 24 e 31 de agosto, 05 de outubro e 07 de dezembro de 2021 todas às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo no 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP; Deliberação **(i)** — Aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 24 de outubro de 2022, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; **(ii)** Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação (“Termo de Rerrat”) do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação

Notas Explicativas

(ii) Tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iii)** autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas 30 minutos; **(iv)** autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iv)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(v)** reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 hora e:30 minutos; deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(vi)** autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)** ao **(v)** da Ordem do Dia; deliberação **(vi)** suspender o item etratar na próxima AGD.

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 08 de fevereiro, 13 de abril, 15 de junho, 16 de agosto e 18 de outubro de 2022 todas às 09 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação **(iii)** a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; Deliberação **(iv)** a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10h **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Foram realizadas Assembleia Geral de Debenturistas nos dias 08 de fevereiro, 13 de abril, 15 de junho, 16 de agosto e 18 de outubro de 2022 todas às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo no 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP ; Deliberação **(i)** — Aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 24 de outubro de 2022, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; **(ii)** Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação (“Termo de Rerrat”) do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação

Notas Explicativas

(ii) Tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; (iii) autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação (iii) tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas 30 minutos; (iv) autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação (iv) tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; (v) reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 hora e:30 minutos; deliberação (v) suspender o item e tratar na próxima AGD; (vi) autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens (i) ao (v) da Ordem do Dia; deliberação (vi) suspender o item etratar na próxima AGD.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Pagamento de juros remuneratórios aos debenturistas

Em 08 de janeiro, 08 de fevereiro, 08 de março, 08 de abril, 09 de maio, 08 de junho, 08 de julho, 08 de agosto, 08 de setembro, 10 de outubro, 08 de novembro e 08 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018 e fato relevante divulgado na mesma data. Os detalhamentos dos pagamentos são previamente informados aos detentores das Debêntures por meio de Aviso aos Debenturistas, 1 (um) dia antes do evento, no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Renovação de Acordo Temporário

Em 18 de outubro de 2022, conforme deliberação em AGD, foi firmada prorrogação do Acordo Temporário até 24 de janeiro de 2023, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Movimentação de debêntures

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	578.425	514.762
Pagamento de juros com conta reserva	(52.856)	(66.316)
Apropriação Juros e multa	102.664	92.241
Atualização de debêntures	22.573	36.613
Amortização de custo de transação	1.309	1.125
Saldo final	652.115	578.425

Notas Explicativas**16. Empréstimos e financiamentos**

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

		31.12.2022	31.12.2021
Financiadores / Credores	Valor Contratado	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Circulante
Across	69.521	133.668	112.879
Daycoval	30.000	-	30.577
		133.668	143.456

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	31.12.2022			31.12.2021		
							Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Across	69.521	Capital Giro	5,75% a.a + CDI	28/10/16	28/10/16	21/03/18	1	-	1	1	-	1
Daycoval	30.000	Capital Giro	0,40% a.m. + CDI	08/11/21	08/11/21	07/04/22	1	1	-	1	-	1

(*) Não houve renegociação da dívida. Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios nº 854800360950.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A ("Cedente") e Across Recuperação de Crédito Ltda ("Cessionária") referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito nº 687614(101116100005600).

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários sobre o vencimento antecipado automático das Debêntures (Nota Explicativa nº 15). Conforme cláusulas de vencimento antecipado dos contratos de empréstimos e financiamentos, as demais dívidas também podem ser consideradas vencidas antecipadamente diante da notificação de vencimento antecipado de outra dívida financeira. Por esse motivo, o saldo dos empréstimos e financiamentos de vencimentos de longo prazo foi reclassificado em sua integralidade para o passivo circulante.

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	143.456	108.228
Captação de empréstimos	-	29.634
Atualização de empréstimos	22.007	11.563
(-) Pagamentos de juros	-	(5.969)
(-) Pagamentos de principal	(31.795)	-
Saldo final	133.668	143.456

Garantias e cláusulas restritivas

Across

Como garantia da operação com o Across, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos: **(a)** avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelio Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda., e **(b)** cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

17. Pesquisa e desenvolvimento

	FNDCT	MME	P&D	TOTAL
Saldo em 31.12.2021	12.213	6.112	11.237	29.562
Provisão	593	296	592	1.481
Juros	1.508	749	-	2.257
Multa	27	14	-	41
Atualização Selic	-	-	987	987
Compensação	-	-	(2.701)	(2.701)
Pagamentos	(1.071)	(535)	-	(1.606)
Saldo em 31.12.2022	13.270	6.636	10.115	30.021

Refere-se a encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei nº 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316, de 2008, e nº 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Notas Explicativas**18. Provisão para passivos contingentes****a) Causas prováveis**

Na avaliação da Administração, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem ações e processos considerados como de perda provável.

	31.12.2022	Provisões	Reversões	31.12.2021
Cível (i)	-	2.200	(2.200)	-
Total	-	2.200	(2.200)	-

b) Causas possíveis

A Companhia também tem ações, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Cível (i)	-	16.487
Trabalhista	-	81
Regulatório (ii)	340.675	294.300
Tributário	495	464
Total	341.170	311.332

- (i) Ação de execução de título executivo extrajudicial (0248598-71.2015.8.19.0001) em face da Companhia e outras pessoas jurídicas rés, diante de suposta taxa de sucesso contratual que a exequente faria jus proporcional, pela redução de custos com a compra de combustível para as usinas termelétricas. Houve indicação de bens para garantia do Juízo, os quais ainda não foram avaliados, razão pela qual foi determinado o depósito judicial mensal de 2,5% do faturamento de PIII o que foi realizado até abril de 2018, com alvará de levantamento expedido em setembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2021, o processo estava classificado como risco possível no montante de R\$ 14.631, em março de 2022 o processo passou a ser classificado como risco provável, e em abril de 2022 a Companhia quitou o acordo com o prestador de serviço no montante de R\$ 2.200.
- (ii) A Companhia ajuizou em 2015 ação em face da ANEEL, para assegurar à empresa o direito ao equilíbrio econômico-financeiro de outorga de geração de energia termelétrica, diante do acionamento da usina acima da previsão do edital. Suspensão de penalidades pela entrega de energia a menor até que seja promovido o reequilíbrio. Os pedidos foram julgados improcedentes em 2018, com reforma no TRF, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para produção de prova pericial, com embargos de declaração da Aneel pendente de julgamento. Houve liminar recursal concedida para a PIII que impede a aplicação de penalidade até o dia 08/07/2019. A classificação de risco em 31 de dezembro de 2022 é possível no valor de R\$ 340.675 (R\$ 294.300 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes à 15% do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

	31.12.2022		31.12.2021	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

b) Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do período	(117.512)	(76.061)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(4,49)	(2,91)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não registrados

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2022, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 1.009.954. (R\$ 891.981 em 31 de dezembro de 2021) referente ao prejuízo fiscal e R\$ 1.009.954 (R\$891.981 em 31 de dezembro de 2021) referente à base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	(117.512)	(76.061)
Alíquota nominal de 34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(39.954)	(25.861)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Imposto diferido do exercício não constituído	39.954	25.861
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

21. Receita operacional líquida

	31.12.2022	31.12.2021
Receita bruta de vendas		
Fixa (i)	164.205	152.265
Variável (ii)	(21)	73.606
Lastro (iii)	119.826	43.980
	284.010	269.851
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(15.187)	(20.826)
Pis e cofins sobre lastro - 9,25%	(11.084)	(4.068)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.481)	(3.337)
Encargos setoriais	(625)	(602)
	(28.377)	(28.833)
Receita operacional líquida	255.633	241.018

- (i) A variação é decorrente da atualização pelo IPCA na Receita Fixa
- (ii) A redução apresentada na receita variável refere-se a menor necessidade de despacho ordenado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que no exercício de 2021 a Companhia disponibilizou o equivalente a 26 MWh (76.878 MWh em 31 de dezembro de 2021); e
- (iii) A alteração é decorrente da alteração de preço e quantidade do MWh na aquisição do lastro objetivando a recomposição de energia devido a indisponibilidade no período (vide Nota Explicativa nº 22 item (ii)).

Notas Explicativas

22. Custos operacionais

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Compra Energia MCP (i)	(129)	(522)
Energia Elétrica - Lastro (ii)	(110.769)	(43.516)
Encargo de uso do sistema de transmissão (iii)	(15.394)	(14.241)
Pessoal	(8.552)	(7.081)
Combustíveis e lubrificantes (iv)	(441)	(57.999)
Materiais	(3.663)	(2.855)
Serviços de terceiros (v)	(2.464)	(1.978)
Aluguéis (vi)	(21.201)	(17.691)
Frete	(130)	(461)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(1.964)	(1.425)
Depreciação e amortização	(39.306)	(35.024)
Serviços de vigilância e limpeza	(840)	(740)
Seguros (vii)	(2.215)	(1.157)
Outros	(887)	(381)
Total de custos	<u>(207.955)</u>	<u>(185.071)</u>

- (i) A compra de energia MCP refere-se comercialização de energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE;
- (ii) Na rubrica compra de energia elétrica lastro refere-se à operação da Companhia objetivando a recomposição de energia devido a indisponibilidade do motor e para fazer frente a insuficiência de lastro acumulada nos últimos 12 meses;
- (iii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (iv) O custo com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia, o qual a Companhia disponibilizou 26 MWh em 2022 comparado a 76.878 MWh em 2021 (vide Nota Explicativa nº 1);
- (v) A variação na rubrica refere-se ao pagamento de honorários de êxito;
- (vi) A variação na rubrica refere-se (a) contratação de frete dedicado e quebra de contrato pelo não despacho no período e (b) armazenagem de óleo por terceiros;
- (vii) A variação na rubrica refere-se a renovação de seguro operacional, com acréscimo do custo da apólice devido a reavaliação dos ativos e aumento de sinistralidade no mercado.

23. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Gerais e administrativas

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Impostos e taxas	(169)	(96)
Despesas com pessoal	(3.703)	(3.761)
Serviços de terceiros	(5.416)	(5.643)
Indenizações (i)	(2.200)	-
Outros	(102)	(200)
Total de despesas	<u>(11.590)</u>	<u>(9.700)</u>

- (i) O valor apresentado na rubrica refere-se ao processo cível sob o nº 0248598-71.2015.8.19.0001, o qual foi pago em abril de 2022. (vide Nota Explicativa nº 18).

Notas Explicativas**b) Outras receitas (despesas)**

	31.12.2022	31.12.2021
Recuperação de outras despesas	24	61
Outras receitas (i)	3	35.423
Reversão outras provisões (ii)	1.223	-
Total de outras receitas (despesas), líquidas	1.250	35.484

- (i) O montante de R\$35.423 apresentado no exercício de 2021 refere-se ao ressarcimento líquido de Pis e Cofins de glosa da receita referente aos períodos de setembro, outubro e novembro de 2019, março e abril de 2020, sendo um montante bruto de R\$ 39.006, recebidos em maio de 2021.
- (ii) O valor refere-se à reversão da provisão para contingência por mudança do prognóstico do processo cível.

24. Resultado financeiro, líquido

	31.12.2022	31.12.2021
Receita sobre aplicação financeira (i)	910	408
Juros sobre depósitos judiciais	39	-
Descontos obtidos	10	643
Variação cambial ativa (ii)	1.525	17
Variação monetária ativa (iii)	2.120	-
Total de receitas financeiras	4.604	1.068
Juros e multas das debêntures (iv)	(102.664)	(92.242)
Variação monetária debêntures (iv)	(22.573)	(36.613)
Amortização do custo das debêntures (iv)	(1.309)	(1.125)
Juros de financiamentos (v)	(22.006)	(11.563)
Juros fornecedores	(796)	(4.049)
Juros passivos (vi)	(4.886)	(7.869)
Variações monetárias passivas (vii)	(4.712)	(2.856)
Multas (viii)	(92)	(2.211)
Fiança	(44)	(43)
IOF	(372)	(289)
Total de despesas financeiras	(159.454)	(158.860)
Resultado financeiro líquido	(154.850)	(157.792)

- (i) A variação refere-se a rendimentos aplicação financeira atualizadas pela taxa Selic em 31 de dezembro de 2022 de 13,75% (7,75% em 31 de dezembro de 2021);
- (ii) Os valores apresentados de variação cambial ativa referem-se à atualização cambial de dívidas com fornecedores em moeda estrangeira;
- (iii) A variação apresentada refere-se à atualização dos arrendamentos dos terrenos da Usina;
- (iv) Os valores apresentados de juros, multas, variação monetária e amortização do custo das debêntures refere-se à atualização e amortização das debêntures de 9,11% a.a. + IPCA.
- (v) Os valores apresentados referem-se à atualização de empréstimos da Across e Daycoval capitalizado em novembro 2021;

Notas Explicativas

- (vi) A variação refere-se a parcelamento de saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) basicamente ao diferencial de alíquotas sobre compra de Óleo HFO e de ativo fixo para construção da usina, em 2016 e 2017 a Companhia realizou o parcelamento dos montantes em aberto em 60 parcelas e quitado em julho de 2021, o montante apresentado no exercício de 2022 refere-se ao parcelamento que a Companhia realizou de PIS e Cofins do período de setembro a dezembro de 2020 em 60 parcelas mensais e consecutivas com quitação em agosto e setembro de 2022. e atualização pela Selic dos saldos de P&D (vide Nota Explicativa nº17);
- (vii) A variação refere-se à atualização de arrendamento dos terrenos da Usina, e
- (viii) A redução refere-se a multa sobre os parcelamentos dos tributos de PIS e Cofins realizados no exercício de 2021

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros era a seguinte:

Descrição	Limite de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil dos Administradores	100.000	06.08.2023 a 06.08.2024	Chubb Seguros Brasil S.A.
Risco Operacional	137.589	17.01.2023 a 17.01.2024	AXA Seguros S.A.
Responsabilidade Civil	10.000	26.04.2023 a 26.04.2024	AXA Seguros S.A.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

			31.12.2022		31.12.2021	
	Mensuração	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	1.602	1.602	18.549	18.549
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	21.073	21.073	64.685	64.685
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	11.900	11.900	19.953	19.953
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	36.272	36.272	36.272	36.272
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	51.844	51.844	125.957	125.957
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	47.877	47.877	45.192	45.192
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 1	133.668	155.769	143.456	162.506
Debêntures*	Custo amortizado	Nível 1	657.546	784.450	585.165	688.583

- (*) Em 31 de dezembro de 2022, a saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 5.431 (R\$ 6.740 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber: decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados - conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensuradas com base na notificação de vencimento antecipado automático para as Debêntures realizada em 1º de setembro de 2017.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratad	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	51.844	51.844	18.530	11.105	11.105	11.104
Empréstimos e Financiamentos	133.668	133.668	133.668	-	-	-
Debêntures	657.546	657.546	657.546	-	-	-
Financiamento por arrendamento mercant	5.556	5.556	1.389	2.778	1.389	-

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2022

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA a taxa média de 9,15% (BM&F Bovespa) em 31 de dezembro de 2022. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Notas Explicativas

31.12.2022					
Indexador	Taxa do período				
IPCA	9,11%				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures					
Exposição líquida IPCA	553.103	670.002	784.450	903.798	1.020.697
Impacto da variação	(231.347)	(114.448)	-	119.348	236.247
Indexador	Taxa do período				
CDI	5,75%				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
CCB					
Exposição líquida CDI	147.972	152.386	155.769	161.164	165.528
Impacto da variação	(7.797)	(3.383)	-	5.395	9.759

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a *BP North America Petroleum* decorrente de *Demurrage* (sobre estadia) de óleo HFO. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

27. Eventos subsequentes

Renovação de contrato de seguro

Em 19 de janeiro de 2023, foi realizada a renovação da apólice de seguros de riscos operacionais, cuja nova vigência se estende até 17 de janeiro de 2024.

Pagamento de juros remuneratórios

Em 08 de janeiro, 08 de fevereiro e 08 março de 2023, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018, e fato relevante divulgado na mesma data.

Renovação de acordo temporário

Em 17 de janeiro de 2023, conforme deliberação em AGD, foi firmada prorrogação do Acordo Temporário até 24 de abril de 2023, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Notas Explicativas

Assembleia geral de debenturistas

Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas no dia 17 de janeiro de 2023, às 09 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação **(iii)** a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; Deliberação **(iv)** a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10h **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Foi realizada Assembleia Geral de Debenturista no dia 17 de janeiro de 2023, às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP ; Deliberação **(i)** - Aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 10 de abril de 2021, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; **(ii)** Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação **(ii)** Tratado na AGD 23 de janeiro de 2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iii)** autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas 30 minutos; **(iv)** autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iv)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(v)** reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 hora e:30 minutos; deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(vi)** autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)** ao **(v)** da Ordem do Dia; deliberação **(vi)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Em 14 de abril de 2023, às 09h30 e 10h30, serão reabertas as assembleias para que os debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Notas Explicativas

· Coisa Julgada em Matéria Tributária

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: (i) verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e (ii) o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário.

A Administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos que, consequentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 31 de dezembro de 2022 um montante total de prejuízos de R\$ 771.634 mil, e naquela data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 758.844 mil, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 600.587 mil. A Nota Explicativa no 1 às demonstrações financeiras divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito nas Notas Explicativas no 15 e 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa no 10, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além dos assuntos descritos na Seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida (Nota Explicativa no 11)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa no 11 – “Imobilizado”, a Companhia possui montante significativo de ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 202.997 mil.

Em 31 de dezembro de 2022, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável. Dessa forma, a administração acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente o teste de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2022, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria:

(i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se as premissas utilizadas nessa avaliação de recuperabilidade eram razoáveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis;

- (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas;
- (iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela administração da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa; e
- (iv) elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 31 de março de 2022, continha parágrafos de ênfases relacionadas a incerteza relevante relacionada a continuidade operacional, investigações e medidas judiciais em andamento, que foram encerradas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, transações com parte relacionada, e outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 29 de março de 2023.

Igarassu, 31 de março de 2023.
Emiliano Furlan Stipanovic Spyer
Diretor de Relações com Investidores
Gabriel Freitas Moreira da Silva
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Grant Thornton Auditores Independentes S.S., emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 29 de março de 2023.

Igarassu, 31 de março de 2023.
Emiliano Furlan Stipanovic Spyer
Diretor de Relações com Investidores
Gabriel Freitas Moreira da Silva
Diretor Presidente